

CRÍTICA BIBLIOGRÁFICA

O QUE É A HISTÓRIA. (Considerações a propósito de uma obra de E. H. Carr) (*).

Freqüentemente, no exercício do seu trabalho, às voltas com a pesquisa, procurando documentos, manuseando manuscritos, debruçando-se sobre as fontes, tentando ordenar seu pensamento e suas informações num conjunto compreensivo, o historiador é levado a indagar sobre a natureza da História, História nos dois sentidos: História como processo vivido, História como conhecimento. Poucos são aqueles, entretanto, que chegam a sistematizar os seus problemas e suas respostas. Ninguém negará valor a essas tomadas de consciência por parte do historiador, principalmente quando se trata de um grande historiador. Elas são tanto mais fecundas quanto resultam de uma reflexão alicerçada numa sólida experiência e não são meras especulações de teóricos ou metodólogos profissionais. Tal é o caso de historiadores como Burckhardt (1), Ranke (2), Ch. Langlois e Ch. Seignobos (3), Croce (4), Marc Bloch (5),

(*) . — Carr (E. H.), *What is History?* Londres, 1961. 154 pgs.

- (1). — Burckhardt (Jacob), *Weltgeschichtliche Betrachtungen*, tradução para o português: *Reflexões sobre a História*, Rio de Janeiro, 1961. 279 pgs.
- (2). — *Ueber das Prinzip der universalhistorischen Methode* (manuscrito), fragmentos em *Selbstzeugnisse Rankes ueber seine historische Theorie*, Berlin, 1930, cit. in Fritz Wagner, *Geschitswissehschaft*, pg. 424. *Zur eigenen Lebengeschichte*, Leipzig 1890. E vários outros textos esparsos na sua enorme obra.
- (3). — Langlois (Ch.) e Seignobos (Ch.), *Introduction aux études historiques*, Paris, tradução para o português: *Introdução aos Estudos Históricos*, São Paulo, 1946; Seignobos (Ch.), *El método Histórico aplicado a las ciencias sociales*, Madri, 1923.
- (4). — Croce (Benedetto), *Teoria e storia della storiografia*, 1916; tradução espanhola: *Teoria e Historia de la Historiografia*. Buenos Aires (1a. edição em alemão: *Zur Theorie und Geschichte der Historiographie*, Tubingen, Mohr, 1915); Idem, *La storia come pensiero e como azione*, edição em espanhol: *La Historia como Hazaña de la Libertad*, Buenos Aires, 1960; numerosos artigos esparsos sobre o assunto, alguns dos quais reunidos numa Antologia organizada por Alfredo Parente, *Il Concetto della Storia*. Bari, 1954; Idem, *La Storia ridotta sotto il concetto generale dell'arte*, 1a. edição, 1893.
- (5). — Bloch (Marc), *Apologie pour l'histoire ou Métier d'historien*, Paris, 1949 (tradução para espanhol: *Introduccion a la Historia*, México, 1a. edição, 1952, 2a. edição, 1957).

para citarmos ao acaso. Cada um à sua maneira, procurou resolver suas perplexidades, perplexidades que eram as de muitos.

Atualmente, a necessidade dessas indagações parece maior. Um mundo em mudança está sempre a reconsiderar suas diretrizes e seus esquemas de pensamento. Quanto mais rápida a mudança maior a necessidade de reajustar esquemas que se tornam rapidamente inadequados às novas realidades. É o que acontece no campo da Historiografia. Cada época, cada sociedade é motivada por interesses diversos e ao abordar o passado, o fará de maneira igualmente diversa. Quanto mais homogênea a categoria a que pertençam os que se dedicam ao estudo da História, quanto mais parecidos os problemas que enfrentam, tanto maior será a semelhança de suas concepções.

Quais são os fatos que merecem atenção do historiador? A que fontes de informações deve êle recorrer quando procura conhecer o passado? Quais os objetivos que visa ao escrever sua obra? Eis algumas questões cujas respostas têm variado através do tempo e de historiador para historiador, mas que estão sempre presentes — implícita ou explicitamente — nas suas obras.

Integrado que está nas correntes de pensamento mais gerais de seu tempo o historiador fica sujeito às suas influências. Por isso o conceito de História tem sofrido profundas modificações, que se reflete na sua própria definição. “A História dizia Michelet é a ressurreição do passado”. Bernheim nos fins do século definia a História como a ciência da evolução do homem considerado como ser social e Huizinga num ensaio sôbre o conceito da História (6) considerava-a como a forma espiritual pela qual uma cultura se dá conta de seu passado. Várias obras recentes têm procurado sistematizar os princípios básicos de uma Teoria da História. Dentre estas destaca-se a de E. H. Carr.

Definir de uma maneira ampla, sem dar uma definição de História é o que pretende E. H. Carr em seu livro **What is History**. Consciente dos condicionamentos que influem numa tomada de posição diante desse problema esclarece desde início:

“Quando tentamos responder a questão “O que é a História” nossa resposta, consciente ou inconscientemente, reflete nossa posição no tempo e constitui uma parte

(6). — Huizinga, *El concepto de la historia y otros ensayos*, México, 1946.

da nossa resposta a uma questão mais ampla que se refere à visão que temos da sociedade dentro da qual vivemos”.

A partir dessa convicção passa a discutir a noção de fato histórico, o problema dos limites da objetividade do conhecimento histórico, a importância da reflexão filosófica sobre a natureza da História, e a necessidade da formulação consciente por parte do historiador de uma teoria da História, cogita também do papel da ação individual no processo histórico, da noção de lei e causalidade na História, concluindo por uma verdadeira manifestação de fé na teoria do progresso.

Escrito num estilo agradável, pleno de **humour** britânico, este ensaio resume algumas das tendências mais significativas do pensamento historiográfico contemporâneo. Muitos poderão divergir da maior parte de suas conclusões, principalmente tendo-se em vista que o livro constitui uma verdadeira “profissão de fé”, mas ninguém negará coerência à obra.

Em 1932, Maurice Powicke, outro historiador inglês que se tem ocupado com essas questões, lastimava o árido personalismo e a falta de visão de um certo tipo de historiador que convertia a pesquisa histórica numa “caça pedante empós do insignificante” (7). Alfred Cobban mais recentemente (1961) (8), criticando certas tendências da historiografia inglesa afirmava que a não ser que estejamos preparados para aceitar uma filosofia da história, que será basicamente um ato de fé, seremos lançados numa concepção da história vista como uma sequência de fatos sem sentido, todos de pequeno significado a **tale told by an idiot**. E’ dentro dessa nova orientação crítica que se enquadra a posição de Carr (9).

Começa êle por demonstrar a precariedade da noção de fato histórico, que se generalizara sob influxo das idéias positivistas. Segundo essa noção tradicional, que encontra na Inglaterra numerosos adeptos dada a larga tradição empiricista que predominou na filosofia britânica de Locke a Bertrand Russel, a História consistiria num conjunto de fatos que o historiador iria encontrar nos documentos. Primeiro estabe-

(7). — Powicke (F. M.), *The Collection and Criticism of Original Texts* (1931), *Modern Historians and the Study of History* (1955).

(8). — Cobban (Alfred), *History and Sociology*, in *Historical Studies*, III. Londres, 1961. pgs. 1-8.

(9). — Carr (E. H.), *What is History?*, London, 1961, 154 pgs.

lecer os fatos e depois lançar-se “nas areias movediças da interpretação”: êsse seria, no seu entender, o lema seguido pelos historiadores dêsse período.

“History consists of a corpus of ascertained facts. The facts are available to the historians in documents inscriptions and so on — like fish on the fishmonger’s slab. The historian collects them, takes them to home and cooks and serves them in whatever style appeals to him”.

Assim existiriam fatos básicos que seriam os mesmos para todos historiadores e que formariam a espinha dorsal da História como por exemplo o fato de que a batalha de Hastings deuse em 1066. Entretanto, argumenta Carr, não são êsses os fatos primordiais da História e, na realidade, na maior parte das vezes, os chamados “fatos históricos” nascem de uma decisão apriorística do historiador. Êles não falam por si mesmo. Cabe ao historiador conferir significado aos acontecimentos, e decidir em que seqüência e em que contexto serão êles apresentados. Mesmo certos fatos aparentemente simples como a Batalha de Hastings ou a passagem do Rubicão, foram incorporados à História por uma decisão do historiador que lhes atribuiu importância. A obra do historiador é eminentemente seletiva. A crença na existência objetiva de um cerne de fatos históricos que existiriam independentemente da interpretação do historiador é uma falácia. A pintura que o historiador faz de determinada sociedade está condicionada pela seleção prévia do próprio material documental. Essa seleção resulta ainda não só do acaso como da própria intencionalidade daqueles que, imbuídos de uma visão particular dos acontecimentos, deixaram suas informações.

O fetichismo do fato, diz Carr, foi acompanhado pelo fetichismo do documento. Considerou-se como função fundamental da história o acumular incansável de fatos. Fatos que deveriam falar por si mesmo. Isso resultou na multiplicação de trabalhos de história episódica (**factual histories**) — sécos e empoeirados, e na multiplicação de monografias escritas por pretensos historiadores sabendo cada vez mais sôbre cada vez menos

(**knowing more and more about less and less sunk without traces in an ocean of facts**).

Ora, insiste Carr, os documentos nada mais nos dizem além daquilo que o autor do documento pensava que teria aconteci-

do, deveria acontecer ou aconteceria, ou ainda que êle desejaria que os outros pensassem que êle pensara. Embora os documentos sejam essenciais para a história, não se deve convertê-los em fetiches. Sem documentos não há História possível, mas a simples existência de documentos não significa que a História já esteja feita.

Atribuindo um papel decisivo ao historiador na criação do fato histórico Carr é levado a conferir uma grande importância à teoria da História, que êle concebe como sendo a indagação sôbre: "O que é a História?" Épocas houve, no passado, em que os historiadores não se preocuparam com êsses problemas. Maliciosamente comenta Carr:

"This was the age of innocence and historians walked in the Garden of Eden without a scrap of philosophy to cover them, naked and unashamed before the god of history. Since then, we have known Sin and Experienced Fell, and those historians who today pretend to dispense with a philosophy of history are merely trying, vainly and self consciously like members of a nudist colony to recreate the Garden of Eden in their garden suburb. Today the awkward question can no longer be evaded".

Sua idéia não é nova. Na Alemanha, principalmente entre 1880 e 1890, desenvolveu-se a crítica à doutrina que reconhecia a autonomia dos fatos da História, destacando-se entre os filósofos que se ocuparam dessa questão Dilthey. Na Inglaterra, entretanto, encontraram êles uma escassa repercussão. Na Itália uma das figuras que mais se destacaram nessa linha de pensamento foi Benedetto Croce, ligado aliás que estava ao pensamento alemão. Para êle tôda a História é História contemporânea, o passado é sempre visto à luz do presente e de seus problemas e a missão do historiador não é tanto recordar quanto avaliar o que merece ser recordado. Em 1910 Carl Becker escrevia que os fatos não existem até que o historiador os crie. A partir da Segunda Grande Guerra essas idéias começaram a encontrar maior aceitação. Na Inglaterra, Collingwood, aliás fortemente influenciado por Croce, desenvolvia idéias semelhantes. Essas opiniões levadas a seus extremos resultariam na negação de tôda objetividade da verdade histórica. O resultado não era mais animador do que o primeiro. Enquanto aquêles negavam qualquer significado à História, os últimos afirmavam que ela poderia ter uma infinidade de sentidos, — na dependência da visão do historiador —

nenhum dos quais seria mais verdadeiro do que o outro. Nenhuma dessas duas posições parece satisfatória a Carr. Pelo fato de uma montanha poder ser vista de várias maneiras, segundo os mais variados ângulos de observação, não se segue daí que ela não tenha uma forma objetiva ou que tenha infinitas formas.

Para Carr o que existe é uma interrelação entre o historiador e o fato. O historiador não começa pelos fatos para depois interpretá-los. Ambas as tarefas são simultâneas. A obrigação do historiador é trazer todos os fatos conhecidos ou conhecíveis, relevantes ao tema no qual se empenhou e à interpretação proposta.

Assim não lhe satisfaz nem uma teoria da História considerada como uma objetiva compilação de fatos, que firma a primasia do fato sobre a interpretação, e cujo centro de gravidade é o passado, nem aquela na qual a História aparece como um produto subjetivo da mente do historiador, e cujo centro de gravidade será necessariamente o presente. Afirma que o historiador está constantemente empenhado num processo de modelar seus fatos à sua interpretação e sua interpretação aos seus fatos. A História, portanto, nada mais é do que um diálogo infindo entre presente e passado:

“My first answer to What is History” is that it is a continuous process of interaction between the historian and his facts, an unending dialogue between the present and the past”.

Visto dessa maneira a posição de Carr parece-nos uma reavaliação crítica das principais afirmações que têm sido feitas a propósito da natureza da História.

No seu capítulo sobre Sociedade e Indivíduo assume uma posição consagrada há algum tempo pelos sociólogos, considerando Indivíduo e Sociedade inseparáveis, necessários e complementares. O homem é moldado pela sociedade assim como esta é modelada por êle. A começar do próprio historiador que é um indivíduo pertencente a uma determinada sociedade, e à uma determinada época. Carr cita, por exemplo, a obra de Grote sobre a Grécia, na qual Péricles aparece, na sua opinião, como um verdadeiro líder Benthamista (é de se lembrar que Grote pertencia à classe média radical inglesa dos meados do século), e conclui: é provável que sua obra seja mais informativa sobre sua própria época ou melhor sobre o pensamen-

to dos radicais ingleses em 1840 do que sobre a democracia ateniense! Às vezes um historiador que vive numa época de mudança rápida reflete em suas obras não uma dada sociedade e uma ordem social estática, mas uma sucessão de mudanças. Assim, por exemplo, Meinecke cujas obras manifestam a seu ver quatro fases da História alemã. A primeira anterior à guerra de 1914, a segunda escrita em 1925 — **Die Idee des Statrason** (o período de entre guerras), a terceira em 1936 com o advento do nazismo, quando publica **Die Entstehung des Historismus** e finalmente a quarta em 1946, depois da catástrofe da última Guerra e da derrota alemã, quando escreve **Die Deutsche Katastrophe**.

Multiplicando os exemplos concluirá que até mesmo as grandes tendências da historiografia refletem a realidade subjacente — o momento histórico no qual os historiadores participam. Uma das condições necessárias para que o historiador se liberte dessa limitação é a consciência do seu comprometimento.

Por outro lado, critica uma historiografia que faz girar todo o processo histórico em função da vontade individual: a que êle chama de teoria do “**the bad King John and God Queen Bess**”. O desejo de postular o gênio individual como força criadora na História é característico dos primitivos estágios de consciência histórica e só lhe parece plausível a utilização dêsse critério para as sociedades mais simples, nas quais, de fato, os negócios públicos são dirigidos por um pequeno número de indivíduos. Aplicado às sociedades mais complexas êsse critério não funciona, principalmente tendo em vista que a História deve ser a pesquisa sobre o passado do homem em sociedade. Com isso não exclui êle a importância das ações individuais na História, pois é sempre o Homem como ser social atuando e construindo a sua história que desempenha o papel fundamental:

“So far as I Am concerned, I have no belief in Divine Providence, World Spirit, Manifest Destiny, History with a capital, or any other of the abstraction which have sometimes been supposed to guide the course of the events an I should endorse without qualification the comment of Marx: “History does nothing, it possesses no immense wealth, fights no battles. It is rather man, real living man, who does everithing, who possesses and figths”.

O Grande Homem, o Herói é sempre representativo quer de forças sociais já existentes, quer de forças que ajuda a criar

ou desenvolver, desafiando a autoridade existente, êle é ao mesmo tempo produto e agente do processo histórico.

Uma sociedade nunca é homogênea, ela é sempre arena de conflitos sociais, mas opositores e oponentes são igualmente frutos dessa sociedade, embora, muitas vèzes, os motivos conscientes dos atores individuais sejam completamente irrelevantes para explicar um determinado fato histórico no qual estejam indivíduos. Por isso a História não pode ser escrita exclusivamente à base das explanações, e intenções confessas dos personagens, pois, freqüentemente, êstes desconhecem as conseqüências de seus atos, a transcendência de suas intenções.

Para Carr, a História, nos dois sentidos da palavra: como pesquisa conduzida pelo historiador, ou como processo vivido pela humanidade, é um processo social no qual os indivíduos estão comprometidos. A antítese entre indivíduo e sociedade são, a seu ver, uma falsa pista. Por isso o diálogo que se estabelece entre o presente e o passado, por ação do historiador, é um diálogo entre a sociedade de hoje e a de ontem: o passado só é inteligível à luz do presente e o presente à luz do passado.

A função social da História é habilitar o homem a compreender a sociedade do passado e a ampliar seu domínio sobre a sociedade do presente. E' promover uma compreensão mais profunda do passado e do presente através das suas interrelações.

No terceiro capítulo, Carr preocupa-se com o enquadramento da História como ciência, mostrando que se durante o século XIX, houve de início, um desêjo de identificá-la às ciências exatas, não tardaram em prevalecer certas tendências que as separavam decisivamente. Observa que não se pode esquecer que a conceituação das ciências da natureza mudou também de lá para cá. Nos fins do século XVIII e princípios do século XIX pareceria perfeitamente natural ao historiador, como ao economista, utilizar o conceito de lei natural. Hoje essa terminologia certamente será tão falsa para êstes, como para o cientista das ciências "exatas". Uns e outros abandonaram a busca de leis básicas e ao que parece, satisfazem-se em inquirir como as coisas funcionam. Também não se fala mais em previsão e sim em cálculo de probabilidades.

Como o cientista, o historiador é obrigado a utilizar-se de um sistema de hipóteses de trabalho, instrumento indispensável ao pensamento. Assim é que a periodização, a divisão da História em setores geográficos, etc., não são mais que hipóteses de trabalho.

Os que pretenderam negar à História o caráter científico ou que se preocuparam em acentuar as diferenças existentes entre as ciências da natureza e do espírito, afirmaram, frequentemente, que a História ocupa-se do fato único. Entretanto, diz Carr, o historiador não é mero colecionador de fatos. Ele não se interessa pelo fato único e sim pelo que é geral, no único. Além disso, seu trabalho implica generalizações: êle generaliza quando fala em opinião pública, por exemplo, ou quando analisa as condições geradoras de uma revolução. Isso não significa que se deva construir um vasto esquema dentro do qual devam ser necessariamente encaixados os acontecimentos históricos. Muitas vezes tem-se acusado Marx de ter incorrido nisso. Êste, entretanto, afirmava que acontecimentos nitidamente semelhantes, mas ocorrendo em meios históricos diversos, levavam a resultados completamente diversos. Estudando cada processo separadamente e depois comparando-os, pode-se encontrar a chave para a compreensão do fenômeno, mas nunca é possível chegar a essa compreensão usando-se o salvo conduto de alguma teoria filosófica supra-histórica.

Embora acentui o caráter científico da História, Carr observa que se os seus métodos e objetivos não são tão diversos das ciências exatas como se pretendeu às vezes, isso não significa que ela não possua seus problemas específicos.

Assim como o físico pode crer que Deus criou e ordenou o universo, embora não invoque a ação divina para explicar a mudança de curso de um determinado fenômeno, o historiador não pode explicar todos os acontecimentos pela interferência direta da ação divina, embora reconheça sua presença quando considera os fins últimos da História, seu significado e seu sentido. Essa orientação religiosa que as obras de Karl Barth, M. C. D'Arcy, Butterfield e outros têm contribuído para divulgar, não satisfaz a Carr. Êle recusa-se a aceitar a idéia de que os fins ou objetivos da História estejam fora dela, da mesma forma que lhe parece impossível erigir padrões abstratos e supra-históricos através dos quais se pretenderá julgar a ação histórica, seja em nome da Autoridade Divina, da Razão ou da Natureza postulada pelos filósofos do Iluminismo: :

“The abstract standard or value, divorced from society, and divorced from the historian is as much an illusion as the abstract individual. The serious historian is the one who recognizes the historically conditioned character of all values...”.

Crítica as idéias expostas por Isaiah Berlin em sua obra **Historical Inevitability** (10), na qual éste se opõe às concepções deterministas, dando ênfase às opções individuais. Na opinião de Carr tôdas as ações humanas são ao mesmo tempo livre e condicionadas, dependendo do ângulo pelo qual sejam elas consideradas. Insinua que Berlin confunde acidente com ausência de determinação causal. Os assim chamados acidentes na História, nada mais são, a seu ver, do que uma seqüência de causas e efeitos interrompendo a seqüência mais concernente ao historiador, numa dada pesquisa. Pretende êle que as renovadas especulações em tôrno da tese da importância do acidental na História, nos meios britânicos ou franceses, se deve aos sentimentos de insegurança e incerteza criados depois da I Guerra Mundial. Chega mesmo a dizer

“when somebody tells me that history is a chapter of accidente I tend to suspect him of intellectual laziness or low intellectual vitality” e mais adiante “accident in history is merely the messure of our ignorance”.

Depois de mostrar-se pouco satisfeito com as teorias que concedem importância ao Acaso na História e que negam a existência da causalidade, volta a utilizar-se do seu esquema, já empregado anteriormente, concluindo que a relação entre o historiador e as causas que êle considerará como tais, na análise de um processo histórico, tem o mesmo aspecto dual, o mesmo caráter de reciprocidade que as relações que se estabelecem entre o historiador e seus fatos: as causas determinam a interpretação que o historiador fará do processo histórico e sua interpretação determina a seleção e ordenação das causas. O mundo do historiador, como o mundo do cientista não é uma cópia fotográfica do mundo real. E' um modelo que o capacita a compreender o mundo real mais ou menos efetivamente. O historiador escolhe no infinito de fatos, os que são significativos para os seus propósitos e da multiplicidade de seqüências de causa-efeito, extrai as que são historicamente significativas para o seu esquema. Outras seqüências de causa e efeito que não se encaixam numa explicação racional são rejeitadas como acidentais, por irrelevantes dentro do esquema proposto.

(10). — Berlin (Isaiah), **Historical Inevitability**, tradução espanhola: **Lo inevitable en la historia**. Buenos Aires, 1957.

Na História a seleção da causalidade processa-se na sua opinião, em função também da possibilidade potencial de transferir a outros países ou períodos certas condições familiares ao observador a faculdade de se chegar a generalizações frutíferas e a tirar certas lições dos fatos. A verificação da causalidade real serve para alargar e aprofundar a nossa compreensão. Causas acidentais não podem ser generalizadas e como são únicas não permitem extrair lições, nem levam à conclusões. Essa sua opinião que poderá parecer muito radical se explica tendo-se em vista que Carr concebe a História como um guia para a ação (p. 99).

Procura provar que embora não seja da competência do historiador emitir juízos de valores sobre o comportamento dos personagens históricos ou sobre as instituições, pelo menos no sentido da moral corrente, a interpretação histórica está sempre ligada a juízos de valores, assim como a causalidade está ligada à interpretação.

Partindo da convicção que a função dual e recíproca da História é promover a compreensão do passado à luz do presente e do presente à luz do passado, acabará por afirmar que todo pensamento histórico é sempre teleológico uma vez que o presente é apenas uma linha divisória imaginária entre o passado e o futuro. Citando Huizinga diz

“Good historians, I suspect, whether they think about it or not, have the future in their bones. Besides the question Why, the historian also asks the question Whither?”.

Talvez por isso dedique êle um capítulo a discutir o conceito da História como Progresso no qual faz uma verdadeira profissão de fé em prol dessa tese.

Depois de analisar o desenvolvimento dessa idéia, e as críticas que lhe têm sido feitas comenta irônicamente citando A. J. P. Taylor, que tôdas as teorias que mencionam a decadência da civilização, a decadência do Ocidente, tão em voga em nossos dias, apenas significam

“que os professores de universidade que habitualmente possuíam empregados, são hoje obrigados a fazer seu próprio serviço doméstico”.

O que na sua opinião do ponto de vista dos primitivos empregados domésticos certamente deve significar um símbolo do progresso.

Progresso não significa no seu entender uma linha contínua e ininterrupta, sem desvios ou rupturas assim como também não significa progresso simultâneo para todos. É curioso notar, diz êle, que quase todos os que não encontram sentido na História pertencem àquêle setor do mundo, e àquella classe social que desempenharam um papel predominante e de liderança nos últimos anos.

Afirma que as nossas capacidades não diminuíram, assim como também não declinaram as nossas qualidades gerais. Crença no progresso para êle, não significa crença num processo automático inevitável mas no desenvolvimento progressivo das potencialidades humanas.

Essa visão otimista da História, foi na sua opinião a pedra de toque usada pela moderna historiografia dos últimos duzentos anos para distinguir entre o real e o acidental e para estabelecer o "standard of significance" (padrão de significância). O abalo da visão otimista da História, a seu ver, repercutiu no sentido de que a apreensão e o pessimismo resultantes deixaram o campo aberto para os teólogos que procuram o sentido da História fora dela e para os céticos que não encontram nenhum sentido na História.

Para êle a História tem um sentido progressivo e é nesse sentido de direção que nos permite ordenar e interpretar os acontecimentos do passado.

"It is the sense of direction in history which alone enables us to order and interpret the events of the past — the task of the historian, and to liberate and organize human energies in the present with a view to the future — the task of the statesman, the economist and the social reformer" e ainda, "Only the future can provide the key to the interpretation of the past, and it is only in this sense that we speak of an ultimate objectivity in history".

Pode-se converter a História em teologia colocando o sentido do passado na dependência de algum poder extra-histórico ou supra-racional. Pode-se converter a História em literatura: uma coleção de histórias e lendas sôbre o passado, sem sentido ou significado, mas para êle, a História pròpriamente dita só pode ser escrita por aquêles que encontram e reconhecem um sentido de direção na pròpria história.

Conclui sua obra com um capítulo no qual manifesta sua crença em que uma das grandes conquistas do século XX é a ampliação da razão, sem negar, entretanto, a existência dos fe-

nômenos irracionais. Manifesta mais uma vez sua confiança no caráter progressivo da história e reafirma que não atravessamos uma época de decadência, mas de progresso: progresso da razão, extensão das técnicas modernas, progresso industrial, progresso da educação e da consciência política de centenas de povos da Ásia e da África. Conclui sugerindo que a maneira tradicional conservadora de se encarar a História, preconizada por nomes ilustres da historiografia britânica como: Lewis Namier, Oakeshott, K. Popper, Trevor Roper, é anacrônica num mundo em marcha.

Edward Hallet Carr é um historiador experiente. Nascido em 1892, frequentou Trinity College e Cambridge. Membro do Foreign Office desde 1916 e em 1919 da Delegação Britânica à Conferência da Paz. Esteve em Paris junto à Embaixada e em 1925 viveu em Riga como membro da Legação Britânica. De 1930 a 1936 trabalhou na Liga das Nações. A partir de então exerceu o cargo de professor de Política Internacional no University College of Wales. Como autor de numerosos trabalhos sobre Relações Internacionais no Período Contemporâneo publicou entre outras obras: **International Relations Since the Peace Treaties**, **The Twenty Years's Crisis 1919-1939**, **Nationalism and After**, **The Soviet Impact on the Western World** e **Studies in Revolution**. Sua obra mais famosa é **The Bolshevik Revolution (A history of Soviet Russia)**, publicada em três volumes, aparecidos entre 1951 e 1953 e que foi considerada uma das melhores obras aparecidas até então sobre o assunto, na literatura especializada ocidental.

Sua especialização em História Contemporânea, sua participação ativa junto a organismos de Política Internacional, marcaram evidentemente sua concepção de historiador. Não há dúvida que a sua familiaridade com os problemas marxistas exerceu uma forte influência na sua obra. Numerosas são as passagens onde isso se revela. Na resposta que êle dará à questão que de início se propõem: "O que é a História?", expõem as reflexões de um historiador maduro, num tom jovem e afirmativo. Sua obra certamente provocará reações dado o tom irônico e às vezes dogmático que assume, mas não é a teoria da História um campo eminentemente especulativo, onde muitas posições são possíveis?

EMÍLIA VIOTTI DA COSTA

Instrutora da Disciplina Metodologia Histórica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.